

Poder e História: a nova história política da Idade Média.

EDUARDO FABBRO¹

RESUMO: O presente artigo pretende mostrar os efeitos das reformulações teóricas da historiografia na produção da história política da Idade Média, traçando os percalços da disciplina no último século e delimitando novos horizontes de possibilidade para as análises do medievo. O artigo se centra no conceito de poder, e na forma como novas abordagens e novas interpretações dadas e a este produziram mudanças na história política, assim como a reabilitação desta na atual historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Historiografia Medieval; Nova História Política; Poder; Biografia.

*“Die Welt von innen gesehen, die Welt auf
ihren ‘intelligiblen Charakter’ hin bestimmt
und bezeichnet – sie wäre eben Wille zur
Macht und nichts ausserdem.”
Friedrich Nietzsche²*

Em 1996 chegou às prateleiras das grandes livrarias em Paris uma nova obra sobre São Luís. Não se trata de uma obra sobre São Luís e sua época, ou sobre seu reinado. É uma biografia, a história de um homem, que só aborda seu tempo quando este o toca imediatamente. E este homem, não é um homem qualquer, mas sim um “grande homem”, um rei e um santo. Não parece nada inovadora a princípio. Muito pelo contrário. Faz parte de um gênero que quase desapareceu no decorrer do último século. Uma história política, *événementielle*, de grandes homens. Considerada nesse momento como ultrapassada, antiquada. O que pode surpreender é que essa biografia de São Luís é de autoria de Jacques Le Goff³.

Poucos historiadores poderiam ser considerados herdeiros dos *Annales* com tanta propriedade quanto Jacques Le Goff. Integrou o colegiado de redatores da revista *Annales E.S.C.*, chegou mesmo a presidir a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, entre 1972 e 1977, sucedendo Fernand Braudel e, antes dele, Lucien Febvre.

Pode se dizer, e observa-se pela temática de suas obras, que sua vida acadêmica se fez no centro desse movimento. Certamente, Le Goff partilhou da luta dos membros fundadores da revista, Bloch e Febvre, que visava, entre outros, superar a corrente historiográfica então predominante, centrada no político e nos grandes homens. Uma história de eventos, de fatos. Mas o autor de *Saint Louis* não vê uma ruptura com a tradição dos *Annales*, vê uma continuidade. Quando estava para concluir sua nova obra, afirmou: “De fato estou concluindo o livro sobre São Luís, no qual não vejo, em absoluto, certa negação das tradições da *Annales* mas, ao contrário, uma disseminação de seus ideais (...)”⁴

O objetivo deste artigo é tentar mostrar o caminho que levou Jacques Le Goff do projeto inicial dos *Annales* à biografia de São Luis, ou melhor, mostrar o caminho que levou o poder de volta à história medieval.

Os motivos que levaram a história política ao status de única história viável no final do século XIX são diversos. A construção de uma tradição para os Estados Nacionais gerou o contexto necessário para a produção de uma história vinculada com o Estado. A origem e a legitimidade das instituições certamente estavam na ordem do dia. Os novos estados nacionais perceberam a utilidade da história como “um meio de promover a unidade nacional, de educar para a cidadania ou, (...) um meio de fazer propaganda nacionalista”.⁵ Uma revolução metodológica, centrada na crítica das fontes e na busca por conferir uma cientificidade à história, descartou tudo aquilo que não fosse registrado em documento oficial como incerto e de pouca confiança. O resultado não-intencional foi o abandono de outros temas face a história política tradicional, que se adaptava melhor a nova crítica dos documentos.⁶

Segundo Francisco Falcon, esse momento privilegia uma história política e institucional, onde todo o poder emana do Estado:

“A promoção do Estado à condição de ‘objeto por excelência da produção histórica significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes: os ‘acontecimentos’ são sempre eventos políticos, pois estes são os temas nobres e dignos de atenção”.⁷

A história política nesse momento busca, sobretudo, identificar origens ou semelhanças com o Estado moderno em suas análises do passado. Fica, pois, marcada por uma visão anacrônica e tendenciosa das instituições.

Por este prisma, a constituição dos Estados posteriores à queda do Império Romano é marcada por um conflito que gira em torno de instituições. A grande questão que envolve a historiografia é a origem das instituições medievais. Por um lado, defendia-se a *tese germanista*, segundo a qual as instituições seriam de origem germânica. Dividida em um ponto de vista positivo, sustentado pelos alemães, que acreditavam na *Völkerwanderung* e em um triunfo dos ‘jovens povos germânicos’ sobre uma Roma decadente, e um ponto negativo, sustentado pela historiografia francesa, que via ‘germânico’ como sinônimo de barbárie e de decadência. Grande expoente desta abordagem foi certamente Augustin Thierry.

Por outro lado, sobretudo na França, elabora-se uma *tese romanista*. Seu grande defensor, Fustel de Coulanges afirma, em sua obra *Histoire des Institutions Politiques de L'ancienne France*, que as instituições germânicas eram inexistentes ou, ao menos ineficientes para responder às necessidades dos novos tempos e do sistema político complexo que fora legado pelos romanos. Clóvis e seus sucessores não teriam tido outra alternativa que, ao governar, proceder como seus predecessores romanos.⁸

Outro grande nome em defesa do *romanismo* foi o belga Henri Pirenne. O autor defende uma continuidade das instituições, e do mundo romano como um todo até a conquista árabe, que privaria o mundo romano do Mediterrâneo, seu centro e grande veículo. Os reis germanos seriam uma continuação do governo romano, seus cargos são romanos e fornecidos por autoridades romanas. O autor vê as invasões, conseqüentemente o estabelecimento dos estados Bárbaros, como uma oposição entre *romanismo* e *germanismo* onde o *romanismo* rapidamente supera e encobre o caráter germânico.⁹ A obra de Pirenne aborda o político ainda de forma tradicional e institucional. No entanto, se preocupa, sobretudo com o caráter econômico (às voltas do qual elabora sua tese) e cultural. É uma história política tradicional, mas uma obra historiográfica que traz em si muito do que virá a seguir.

Pirenne compõe a equipe de redação de um novo periódico intitulado *Annales d'histoire économique et sociale*, com seu primeiro número publicado em 15 de janeiro de 1929, sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch. A influência deste historiador, já bastante idoso, foi marcante.¹⁰ Os *Annales* marcam a historiografia por sua defesa de uma história total, que abrangeria todos os domínios da experiência humana, não somente o político, e por sua oposição à história do *récit*, da narrativa e dos

acontecimentos, em prol de uma história das estruturas. Ora, Raymond Aron mostrou como a história política está intimamente ligada ao evento e a narrativa¹¹. A Narrativa, o evento e a história política são exatamente aquilo que a história dos *Annales* se propunha combater.

A grande limitação da história política para a produção da história programada pelos *Annales* seria sua incapacidade de uma análise mais ampla, que fosse além do relato, uma análise estrutural. Desta forma, a história política estaria condenada por sua natureza a uma longa e enfadonha repetição de fatos, sem qualquer poder explicativo. Ela ignoraria as massas e as mentalidades coletivas. Ela é uma história elitista ou, como diz Le Goff, ela segue um “*modèle monarchique et aristocratique de l’histoire*”.¹²

As novas publicações influenciadas pelos *Annales*, mas também pelo marxismo, trouxeram uma maior aproximação com as ciências sociais e com a teoria. Inicialmente a geografia e a sociologia, mas também a antropologia, a economia e a psicologia, forneceram métodos de análises sociais e econômicas. Peter Burke vê neste movimento o surgimento da História Social.¹³ Os assuntos passam a dar mais valor às análises econômicas e sociais, o importante seria se concentrar nas mudanças econômicas e a partir destas aferir a estrutura e as mudanças sociais.¹⁴ De uma forma ou de outra, a proposta de Trevelyan parece ter tido algum valor: a história social era a “história com a política deixada de fora”.¹⁵

Os *Annales* marcam, na França, o começo do declínio da história política.¹⁶ Lentamente o poder vai deixando o centro da cena historiográfica. Como afirma Jacques Le Goff:

“*Dans le plus grand livre qu’ait produit l’<<école>> des Annales, La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l’époque de Phillip II de Fernand Braudel (1951), l’histoire [politique] est releguée dans une troisième partie qui, loin d’être le couronnement de l’oeuvre, en est, je dirais presque, le débarras. D’<<épine dorsale>> de l’histoire, l’histoire politique en est devenue un appendice atrophié.*”¹⁷

Enquanto todo este debate discutia a história, vários autores continuaram pensando as relações de poder na Idade Média. As instituições continuam sendo o centro do debate, mas ao mito das origens se substitui a busca pelos critérios de legitimidade. A bipartição original se mantém, por um lado se defende instituições legitimadas pela força (sobretudo pela força da conquista) e, por outro, se busca uma

legitimidade baseada no direito e na continuidade de uma ordem civil pública (*res publica*). De um lado se defende a primazia da *Macht*, por outro da *Herrschaft*, a partir da classificação de Weber .

F.L Ganshof defende a primeira tese, o direito da força e a propriedade pessoal do reino. Segundo ele:

*“le roi n’est à aucun titre le détenteur d’un pouvoir qui en dernière instance eût appartenu à une abstraction, l’état, la res publica. Sans que le roi ait été propriétaire de tout le sol dans le royaume, le royaume comme tel est considéré comme sa chose”*¹⁸

A discussão gira em torno de que instância propicia ao rei o poder que ele (e somente ele) detém. A visão do estado da alta Idade Média, neste caso o estado merovíngio, é ainda bastante negativa. O rei possui o reino como uma propriedade pessoal e, como tal, o administra, ou não, segundo sua vontade.

L. Halphen foi o primeiro a justapor os reinos merovíngios e carolíngios em sua análise. Em sua obra *Charlemagne et l’Empire Carolingien* contrasta a realeza merovíngia, produto da força e da ambição guerreira, com os carolíngios, onde uma tentativa de restaurar uma ordem nova sobre as ruínas do mundo antigo teria prevalecido, ao menos por certo tempo¹⁹.

Werner elabora sua tese também sobre um ponto de vista institucional, mas defende a idéia de um poder legitimado pelo direito. Ele defende que a continuidade da hierarquia romana se deu porque as *invasões bárbaras* não foram, de fato, invasões, mas sim uma tomada de poder por chefes bárbaros dentro do mundo romano²⁰. O poder (i.e. as instituições) é transferido de um estado a outro.

De qualquer forma, estes enfoques políticos vão se tornando cada vez mais datados. Mas a história política tradicional é ainda um cadáver difícil de se matar, nas palavras de Jacques Le Goff.²¹ E se manterá por muito tempo útil como um suporte a outras abordagens. Seja como cronologia, ou como fonte de informação sobre os ‘grandes homens’. Mas, se a história política, aquela que poderíamos chamar de tradicional, como o faz Falcon²², parece caminhar lentamente para fora de cena, novas abordagens surgiram para dar conta do ‘político’, em um movimento que muitas vezes acompanha os *Annales*, mais do que se contrapõe a eles. Através de contatos com as ciências sociais, que haviam desmerecido a história política tradicional, novas análises

surgiram, novas formas de abordar o componente político das sociedades. Nas palavras de Jacques Le Goff:

*“(...) au même contact des sciences sociales qui l’avaient refoulée à l’arrière plan de la recherche historique, l’histoire politique allait peu à peu, en leur empruntant problématique, méthode, esprit, revenir en force dans le champ de l’histoire.”*²³

A primeira, e mais importante, contribuição das ciências sociais foi o deslocamento do foco de análise da história política de conceito como ‘Estado’ e ‘Nação’ para uma noção mais ampla e fecunda de ‘poder’. É significativa a contribuição de Michel Foucault nesse ponto. A partir das reflexões do autor, o poder atinge outros níveis, outras significações.

*“A historiografia política passou a focar, nos anos 70, a *Microfísica do Poder*, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos – família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social.”*²⁴

O poder passa a ser visto como integrante do tecido social. Retoma-se Nietzsche, e suas propostas de realidade como produto de uma vontade de poder:

*“Gesetzt endlich, dass es gelänge, unser gesamtes Triebleben als die Ausgestaltung und Verzweigung einer Grundform des Willens zu erklären – nämlich des Wille zur Macht, wie es mein Satz ist – gesetzt, dass man alle organischen Funktionen auf diesen Willen zur Macht zurückführen könnte und in ihm auch die Lösung des Problems der Zeugung und Ernährung – es ist Ein Problem – fände, so hätte man damit sich das Recht verschafft, alle wirkend Kraft eindeutig zu bestimmen als: Wille zur Macht.”*²⁵

As análises centram-se nas relações e na forma com que o poder as influencia e modela. Michel Foucault, melhor que ninguém, expressa o contraste:

*“Pela direita, [o problema do poder] estava somente colocado em termos de constituição, de soberania etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelhos do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. (...) a mecânica do poder nunca era revelada”.*²⁶

Desta forma, o poder passa a ser um tema central seja qual for o objeto de análise. Ele se desprende do julgo do Estado e das instituições. O poder é agora constitutivo destes, não mais um produto.

O conceito de poder marca uma nova história política, não mais centrada nos eventos e nas grandes personagens, mas uma história de longa duração, de mentalidades e de sentimentos. Enquanto a história política tradicional transmitia uma idéia de superfície, o poder sugere profundidade.

“L’histoire en surface ayant cessé de séduire au profit de l’histoire des profondeurs, l’histoire politique en tant qu’histoire du pouvoir recupere une dignité verbale qui renvoie à une évolution de mentalité.”²⁷

Os conceitos de poder vêm sendo introduzidos na historiografia já há algum tempo. Várias obras, sobretudo na História Social, vêm trabalhando com táticas de dominação, estratégias de controle etc., e reconhecem nos fenômenos fundamentais uma dimensão política, i.e. uma relação com formas de poder.²⁸ O tratamento dado por diversos autores ao feudalismo e, sobretudo, ao senhorio banal, tem mostrado grande atenção à importância das relações de poder no interior das estruturas econômicas.²⁹ O desenvolvimento do senhorio banal, que se sobrepõe ao senhorio fundiário por sua apropriação do poder de *ban*, que é um poder político por excelência, leva ao primeiro plano a coloração definitivamente política das bases da estrutura feudal.³⁰

Talvez o veio mais fértil desta nova orientação política (ou esta nova orientação *do político*), ao menos no que tange a história medieval, são os trabalhos abordando o caráter simbólico e ritual das monarquias. Vasta é a descendência história do antropólogo Sir James Frazer. Em sua obra de grande fôlego, *The Golden Bough*³¹, ele trabalha com as origens da monarquia, em um apanhado comparativista de relatos etnográficos, oriundos de todos os quadrantes do globo. Principalmente no primeiro tomo, intitulado *The Magic Art and the Evolution of Kings*³², onde defende sua tese sobre a transformação de sacerdotes, em um tempo recuado, em reis, iniciou toda uma série de indagações sobre as origens da realeza e, o que ainda se mostra bastante pertinente, sobre os expedientes que a legitimam e fundam.

Frazer chega aos historiadores pela pena de Marc Bloch. É interessante que a primeira obra historiográfica produzida em uma nova história política *avant la lettre*, seja obra do co-fundador dos *Annales*, revista cujo objetivo era acabar com a história política. *Les Rois Thaumaturges*³³, publicado originalmente em 1924 é, ainda em muitos aspectos, uma obra bastante atual. Bloch tenta elaborar um modelo de estudo de

mentalidades políticas, do qual faz um estudo de caso: o toque real. É um trabalho pioneiro tanto na escolha do objeto, quanto do campo em que trabalha. Para o método comparativo de Frazer, Bloch oferece uma versão restrita, comparando sociedades próximas. Ele nos recomenda a “*ne transportons pas les Antipodes tout entiers à Paris ou à Londres.*”³⁴ Eles busca elaborar o caminho do poder sagrado do rei, que viria de tempos imemoráveis, desde sua manifestação na Alta Idade Média, até a última cura realizada pelo toque real no século XIX. Sua análise sobre ritos e, principalmente, sobre a unção real vai gerar vários estudos sobre o simbolismo da monarquia.

Um outro autor a trabalhar a história política sob um novo prisma na época foi o alemão, posteriormente radicado nos Estados Unidos, Ernst Kantorowicz. Em sua obra inicial, *Kaiser Friedrich der Zweiter*³⁵ de 1927, o autor constrói uma biografia histórica. No entanto, ao contrario do esperado, sobretudo na época de sua edição, o autor vai além de um relato *événementiel* e busca compreender as crenças e esperanças de sua personagem, o mais famoso governante da Idade Média, e principalmente de seu contexto. Assim como o estudo sobre o toque real de Bloch, a forma de biografia histórica de Kantorowicz é incrivelmente inovadora, no final dos anos 20, já se encontrava muito próxima do *Saint Louis* de Jacques Le Goff.

No entanto, somente em 1957 Kantorowicz publicou sua obra maior. Em *The King's Two Bodies*³⁶, o autor esboça a criação de uma teologia política na Idade Média. Ele relaciona os diversos campos da experiência social e mostra como campos diversos, em momentos determinados, influenciaram a concepção da monarquia durante a Idade Média e os primeiros tempos da modernidade. Ao contrário de Marc Bloch, Kantorowicz acredita em um poder sagrado que é reinventado a cada momento, e que se apropria de idéias dos mais diversos campos (Teologia, Direito, Política).

A influência de campos é central também na obra de outro alemão refugiado nos Estados Unidos, que teve grande contato com Kantorowicz: Erwin Panofsky. Em sua obra *Gothic Architecture and Scholasticism*³⁷, de 1957, o autor analisa a relação entre a produção artística e o pensamento teológico da época. Segundo Le Goff, a idéia central é de “*analyser en quoi le pouvoir des oeuvres d'art s'ordonne au pouvoir en general*”.³⁸

A obra de P.E. Schramm, *Herrschaftszeichen und Staatssymbolik*³⁹ inicia uma série de estudos sobre o simbolismo da monarquia medieval. O autor analisa a produção

simbólica às voltas do rei e das cerimônias reais, pregando que os elementos simbólicos deveriam ser analisados não separadamente, mas que deveriam ser recolocados nas atitudes e nas cerimônias onde pertenciam e compreendidos dentro da perspectiva política em que estavam inseridos. O autor sugere que as representações simbólicas do poder são especialmente importantes para o estudo da Alta Idade Média, onde as fontes escritas são bastante raras.⁴⁰

O simbolismo passa a ser visto não apenas como uma prática em si, um ornamento, mas como um expediente do poder. “Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais”.⁴¹ Ao simbolismo, acrescenta-se análises de *poder simbólico*⁴² e de práticas discursivas. Também no campo teórico, as propostas de uma análise semiótica da cultura de Clifford Geertz⁴³ tem sido muito férteis, ligando as análises do simbolismo medieval aos trabalhos de semióticos.⁴⁴ A semiótica pode fornecer um instrumental teórico para a cognição da dinâmica do simbólico, tanto para a Idade Média quanto para outras épocas.

As contribuições da antropologia não se limitaram a Geertz⁴⁵. Os contatos da antropologia cultural, e também da antropologia política, com história em geral, e particularmente com esta nova história política têm sido constantes. Falcon ressalta como tal diálogo pode trazer novas possibilidades teóricas fornecidas para a história.⁴⁶ O intercâmbio tem sido constante, sobretudo nos análises da simbologia real na Idade Média. Se a proposta de Frazer⁴⁷ produziu várias respostas na história, também na antropologia a temática do poder simbólico dos reis foi de posteridade numerosa.

Uma análise interessante da formação do poder real é apresentada pelo antropólogo Luc de Heusch em sua obra *Le Pouvoir et le Sacré*.⁴⁸ Heusch vê dois pólos complementares na realeza; um mágico, inovador e violento, e outro religioso, estabilizador e dinástico. O autor propõe uma dinâmica fundadora entre os dois pólos, onde o primeiro estabelecerá a autoridade e o outro a consolidará. Um poder criador por um lado, e conservador por outro.

Outro antropólogo que contribuiu para as reflexões sobre o caráter da realeza é Marshall Sahlins. Suas reflexões sobre o caráter da história de heróis e sua interação com a estrutura abre possibilidades teóricas de um aprofundamento da análise do significado da figura do rei. O autor trabalha com o *Stranger-king*⁴⁹, o rei como externo

ao povo, e suas relações com a organização cultural da sociedade, fazendo relações com o modelo indo-europeu de realeza.⁵⁰

Os métodos de história comparada, importados da antropologia e da história das religiões, trouxeram também novas análises para a história política.⁵¹ O esquema tripartido de George Dumézil⁵², assim como suas sugestões sobre a função da soberania entre os indo-europeus geraram uma série de discussões relativas à sua aplicação à Europa medieval. Entre outras, destaca-se a obra de George Duby, *Les Trois Ordres*⁵³ e um artigo publicado por Jacques Le Goff em *Pour un autre Moyen Age*.⁵⁴

A perspectiva simbólica do poder abriu também novos documentos para a história política. Além da ampliação dos documentos escritos, movimento que desde os *Annales* vem marcando a história, a história medieval passa a se valer da arqueologia como uma fonte para diversos símbolos do poder medieval. O estudo de Bailey Young sobre a moda funerária na Gália merovíngia, por exemplo, mostra como a análise de restos arqueológicos pode ser útil para a compreensão das crenças na Alta Idade Média. A comparação entre a tumba de Childerico e a tumba de Clovis é bastante fértil para se apreender a diferenciação das modalidades políticas no período, o avanço da cristianização e a diferenciação dos modos de dominação simbólica⁵⁵.

Um outro exemplo dessa promissora relação com a arqueologia vem sendo dado pelo trabalho de um grupo de estudo reunido sob o projeto *Bildüberlieferung des völkerwanderungs-zeitlichen Nordens*⁵⁶, que reúne várias universidades europeias. O grupo vem publicando artigos sobre os *Goldbrakteate*, pequenas medalhas de uso ritual, e sua correlação com as mudanças políticas ocorridas durante as invasões, sobretudo no periódico *Frühmittelalterliche Studien*. Em um dos artigos resultantes deste projeto, Charlotte Behr trata das origens da monarquia no Kent medieval.⁵⁷ Para tal, ela utiliza achados arqueológicos, particularmente *Brakteates*, em uma análise da continuidade, ou não, da monarquia no momento das invasões. Argumenta que a utilização das *Brakteate* era uma forma de ligar o poder estabelecido com o um passado mítico e com o culto de Wotan. A autora defende o uso da arqueologia dizendo que

“the finds of gold brakteates with sophisticated religious iconography in or close to these central places has allowed aarcheologists to gain insight into religious ideals and representations of leadership in this period”.⁵⁸

Os resultados da arqueologia, quando contrastados com os documentos escritos, geram uma reavaliação do significado de ambos e novos aportes para a história.

Uma das grandes contribuições destas novas orientações da história política, em direção a uma análise do poder e do simbolismo, foi a revalorização das monarquias medievais. Nas palavras de Le Goff,

*“(...) dans les perspectives nouvelles, la royauté du haut Moyen Âge et spécialement de l’époque carolingienne ressaisait tout son sens en dehors d’une conception anachronique de l’État et le roi féodal acquérait sa puissance non plus en dépit de système féodal mais à l’intérieur même de ce système”.*⁵⁹

A partir do momento em que o Estado moderno pára de ser o paradigma inevitável para a análise de qualquer outra organização política, abre-se um espaço para novas abordagens, e por fim, uma recuperação do valor dos elementos de estado da Idade Média⁶⁰. Desta forma, o Estado medieval passa a ser visto em sua originalidade e sua dinâmica interna.

Várias análises se beneficiaram destes novos conceitos. O famoso livro de Wallace-Hadrill, *The Long-Haired Kings* inaugura uma série de abordagens novas sobre a monarquia merovíngia. O autor mostra como a idéia de realeza foi sendo construída, e como se modificou desde Childerico até os filhos de Clovis, sobre a pena de escritores diversos, de Gregório de Tours a Fredegário.⁶¹

Outro pesquisador que expõe suas reflexões sobre a realeza neste momento é o polonês Karol Gorski. Em artigo publicado nos *Annales*, ele trata do rei santo, afirmando que o cristianismo exerceu uma influência muito forte sobre as concepções de monarquia e que o caráter sagrado da realeza teve, por toda Europa, força de instituição.⁶²

A análise de E. A. Thompson apresenta uma visão de coloração marxista desta nova abordagem. O autor trata das relações entre um choque de classes da aristocracia com o rei, enquanto este é ainda um projeto em vias de se concretizar. Trabalhando com os Visogodos, Thompson mostra como o rei teve de negociar sua ascensão, e como a aproximação com o Império Romano muitas vezes foi feita não somente como uma busca da paz, mas porque:

*“that was the only available means of substituting for their egalitarian society a new form of organization which would be consistent with the new social relations existing among them”*⁶³

A contribuição de Thompson é fornecer a uma sociedade muitas vezes vista como estática, talvez um efeito colateral do diálogo com a antropologia, uma dinâmica histórica.

Entre as obras mais recentes, a tentativa de síntese de Henry Myers e de Herwig Wolfram é bastante significativa.⁶⁴ Os autores procedem a uma investigação sobre a monarquia medieval, desde os primórdios da Idade Média, até o princípio da modernidade. Mesmo sem utilizar diretamente a antropologia, a obra trata de características simbólicas da monarquia. O enfoque principal é dado à dinâmica do poder e de sua manifestação em sua forma institucional. As instituições, no entanto, não são tidas como absolutas, mas sim negociadas e produzidas por situações históricas. O grande mérito da obra é seu poder de síntese do tema e sua tentativa de articulá-lo em um período tão extenso.

O israelense Aryeh Graboïs trabalha com a utilização da imagem de David como modelo e exemplo para a monarquia franca/francesa. Para o autor, o mito de David articula três idéias centrais para a realeza francesa, a saber, a de *povo eleito*, de *realeza sagrada* e de *aliança perpétua entre Deus e Seu povo*. David foi um símbolo usado pela Igreja como forma de negociar a realeza evangélica, como pensada por Gregório, o Grande com os ideais germânicos anteriores. O mito do rei David é trabalhado por Graboïs como uma dimensão simbólica do poder real e como uma estratégia de negociação entre poderes.⁶⁵

Outro autor que trabalha a construção de mitos e a consolidação de poderes é Phillipe Depreux. Ele aborda a importância do culto a São Remi para os últimos carolíngios, demonstrando a forma como o batismo de Clovis é apropriado por estes e transformado em um símbolo de legitimação.⁶⁶

Em um artigo sobre a hereditariedade de monarquia franca, Michel Sot estabelece um forte diálogo com a antropologia. Tratando da questão da legitimidade, o autor busca compreender de que forma a sucessão entre os carolíngios se faz por vezes através da hereditariedade, por vezes através de eleição. Para tal, o autor se vale da tese de Heusch sobre os dois pólos da realeza⁶⁷, vendo no lado mágico, o rei aventureiro,

vencedor, que seria eleito, e no lado religioso, a continuação e estabilização monárquica. O autor também articula as idéias de Heusch com aquelas de Dumézil, que divide a função de soberania em duas faces, *celeritas* e *gravitas*. O artigo de Sot é um grande exemplo de como um diálogo com teorias antropológicas pode ser fértil para o estudo das relações de poder na Idade Média.⁶⁸

É também por um antropólogo que se abrem novas possibilidades para o estudo de personalidades políticas específicas, i.e. as bibliografias políticas. Em um artigo publicado originalmente em 1983, Marshall Sahlins propõe relações da história com a antropologia, das estruturas com os eventos.⁶⁹ No artigo, Sahlins defende a idéia de que cada época possui sua própria modalidade de história:

*“(...) different cultural orders have their own modes of historical action, consciousness, and determination – their own historical practices. Other times, Other customs, and according to the otherness of the customs, the distinctive anthropology that is needed to understand any given human society.”*⁷⁰

Desta forma, o autor vê na história que chama de heróica [*heroic history*], uma modalidade de história que se expressaria em sociedades especificamente organizadas, como os nativos das ilhas Fiji, com os quais Sahlins trabalha, ou os germanos da Alta Idade Média, uma expressão particular de organização histórica, onde de fato o grande homem, o rei ou o chefe, teria uma característica definidora.

*“Here history is anthropomorphic in principle, which is to say, in structure. Granted that history is much more than the doings of great men, is always and everywhere the life of communities; but precisely in these heroic polities the king is the condition of the possibility of community.(...) The general life conditions of the people are hegemonically ordered, as social form and collective destiny, by the particular disposition of the power-that-be”*⁷¹

As condições gerais de organização deste tipo de sociedade fazem com que de fato o chefe pese desmesuradamente. A ordem cultural que, multiplicando a ação do rei pelo sistema da sociedade, lhe fornece um efeito histórico desproporcionado.

As reflexões de Sahlins tentam equacionar um dos problemas fundamentais, severamente questionado pelos *Annales*, da história política: a superficialidade da narrativa, inevitável na história política. No entanto, vários estudiosos, de diversas áreas têm mostrado soluções para este impasse, para esta falsa dicotomia entre uma história

de estruturas e uma história de eventos, narrativa.⁷² O evento não é somente um acontecimento fenomenológico, mesmo que como acontecimento tenha sua força. Somente quando apropriado por esquemas culturais que o evento recebe uma significação histórica. O evento é condicionado pela estrutura, assim como o inverso também pode ser verdadeiro.⁷³

Neste momento, voltamos à obra de Le Goff, nas prateleiras de Paris. Quando o autor se propôs a escrever uma biografia de um monarca, não tinha em mente aquela história política tão criticada por seus antecessores, que de fato continua a ter espaço entre as publicações, sobretudo nas prateleiras de ‘biografias’. Quanto a estas, Le Goff continua sendo herdeiro dos *Annales*:

“A insatisfação que me causava a maioria destas obras [biografias] anacronicamente psicológicas (...) retóricas, superficiais, muito freqüentemente anedóticas, levava-me a me interrogar sobre as implicações e as exigências da biografia histórica (...) a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história”.⁷⁴

A proposta da obra é inserir a biografia neste novo quadro da história política, articulando a vida de seu santo, com o contexto em que viveu, com as significações simbólicas que o constituíram e com as relações de poder que determinaram seu espaço de atuação dentro dos sistemas normativos.⁷⁵

Várias mudanças ocorreram na história política no último século. Os acontecimentos, instituições e a diplomacia lentamente cederam lugar a um estudo centrado no poder. Poder este visto como múltiplo, como *poderes*, como criador e constrangedor das ações e dos significados. A esfera política foi esmiuçada, aprofundada, e por fim, revitalizada. Nas palavras de Le Goff, “*histoire politique nouvelle, avons-nous dit, qui ne ressemble plus à l’ancienne. Dédiée aux structures, à l’analyse sociale, à la semiologie, à la recherche du pouvoir.*”⁷⁶ Esta nova história política é em si uma história social, que busca apreender o poder como uma integrante da sociedade. A história das instituições e, sobretudo, dos jogos de poder, na Idade Média tomou proveito destas mudanças, e muitas vezes foi um canteiro fértil para a produção de novas visões e novos conceitos. A nova história política é ainda um campo a ser arado. No entanto, muito já foi feito no caminho de uma história social do poder.

NOTAS

- ¹ Eduardo Fabbro é doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília.
- ² NIETZSCHE, Friedrich. *Jenseits von Gut und Böse*. In: *Werke. Kritische Gesamtausgabe*. Tomo VI 2. Berlin: Wallar de Gruyte & Co. 1968. p. 51. “O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado segundo seu ‘caráter inteligível’ - seria justamente *Vontade de Poder*, e nada mais”.
- ³ LE GOFF, Jacques. *Saint Louis*. Paris. Gallimard: 1996. Tradução para o português: *São Luís* São Paulo. Record, 1999.
- ⁴ Em entrevista dada a Aaron Guriévicht in. GURIÉVICH, Aaron. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva. 2003. pp.287-295. aqui, p. 298. O autor não menciona a data da entrevista.
- ⁵ BURKE, Peter *História e Teoria Social*. São Paulo. UNESP. 2000.. p.17
- ⁶ *Ibid.* p. 19
- ⁷ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F. et VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História. Ensaios em Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997 pp. 61-90, aqui, p.65.
- ⁸ COULANGES, Fustel de. *La monarchie franque*. Tomo III. Paris: Librairie Hachette, 1885.
- ⁹ PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. s/d;
- ¹⁰ Sobre a participação de Henri Pirenne nos primórdios dos *Annales*, CAIRE-JABINET, Marie Paule. A história em questão: os grandes debates do século 20. In: *Introdução à Historiografia*. EDUSC. 2003. pp. 111-146, especialmente p.118.
- ¹¹ ARON, Raymond. *Apud* LE GOFF, Jacques. L’Histoire politique est-elle toujours l’épine dorsale de l’Histoire? In: *Un autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard. 1999. pp.755-770 aqui, p. 759, e nota 14.
- ¹² *Ibid.* pp.758. “modelo monárquico e aristocrático da história”
- ¹³ BURKE, Peter. *Op.Cit.* pp. 28-32.
- ¹⁴ HOBSBAWM, Eric. Da História social à História da Sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia Das Letras. 1998.pp. 83105. aqui, p.84.
- ¹⁵ Em *English Social History (1944) apud* HOBSBAWN, E. *Op. Cit.* p.84.
- ¹⁶ FALCON, Francisco. *Op.Cit.* p.68.
- ¹⁷ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 759: “No maior livro que produziu a ”escola” dos *Annales*, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l’époque de Phillip II* de Fernand Braudel (1951), a história [política] foi relegada a uma terceira parte que, longe de ser o coroamento da obra, é, eu diria quase, seu desembarço. De ‘espinha dorsal’ da história, a história política se tornou um apêndice atrofiado.”
- ¹⁸ GANSHOF. F.L. Les traits généraux du système d’institutions de la monarchie franque. In: *Il Passagio dell’Antichità al medioevo in Occidente, Settimane 9*. Spoleto, 1963. pp. 91-127, aqui p.97.: “o rei não é em momento algum detentor de um poder que em última instância tenha pertencido a uma abstração, o estado a *res publica*. Sem que o rei tenha sido o proprietário de todo o solo do reino, o reino como tal é considerado como sua coisa”
- ¹⁹ HALPHEN, L. *Charlemagen et l’Empire Carolingien*. Paris: Albin Michel 1947. p. 17.
- ²⁰ WERNER, K.F. *Les Origines avant l’anMil(Histoire de France)* Paris: Fayard. 1984. pp. 351-361.
- ²¹ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p.769.
- ²² FALCON, Francisco. *Op.Cit.* Durante todo seu texto, o autor contrapõe a *História Política Tradicional* à uma *Nova História Política*.(cf. LEGOFF, J. *Op.Cit.*: Jacques Le Goff prefere contrapor à antiga história política, uma nova *antropologia política*.)
- ²³ LE GOFF, J.; *Op. Cit.* p. 759: “(...) ao mesmo contato com as ciências sociais que a havia jogado para o segundo plano da pesquisa histórica, a história política ia pouco a pouco, lhe importando a problemática, método, espírito, voltar com força no campo da história”.
- ²⁴ FALCON, F. *Op.Cit.* p. 75.
- ²⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Op.Cit.* p.51.: “Enfim, suponhamos que conseguisse explicar toda a nossa vida instintiva como a elaboração e ramificação de uma força básica de vontade – a vontade de poder – como é minha tese – suposto que se pudesse reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de poder, e nela se encontrasse também a solução para o problema da geração e nutrição – isto é só um problema –, então se obteria o direito de definir toda força atuante, inequivocamente, como vontade de poder.”
- ²⁶ FOULCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Graal. Rio de Janeiro. 1987. p.6.
- ²⁷ LE GOFF, J. *Op. Cit.* p.760: “A história superficial parou de seduzir, cedendo lugar à história das profundidades, a história política como história do poder recupera uma dignidade verbal que reenvia a uma evolução de mentalidades”.

²⁸ *Ibid.* p.766.

²⁹ Podemos citar como exemplo BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70. s/d. DUBY, G. *L'Économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident medieval*. Paris:1962, DHONT, J. "Ordres" ou "Puissances". L'exemple des États de Flandres. In: *Annales E.S.C.* 1950. pp. 281-305. FOURQUIN, G. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70.1970

³⁰ LE GOFF, J. *Op. Cit.* pp. 766.

³¹ FRAZER, James. *The Golden Bough*. New York: The MacMillan Company. 1951 (editado originalmente em 1890).

³² *Ibid.* *The Magic Art and the Evolution of Kings*. In: *Op. Cit.* Parte I, Tomo I.

³³ BLOCH, Marc. *Les Rois Thaumaturges*. Paris: Gallimard. 1983.

³⁴ *Ibid.* p.54: "não transportemos Antípodas inteiramente para Paris e Londres".

³⁵ Tradução francesa: KANTOROWICZ, Ernst. Frédéric II. In: *Oevres*. Paris Gallimard 2000.

³⁶ Tradução francesa: KANTOROWICZ, Ernst. Les Deux Corps du Roi. In: *Oevres*. Paris Gallimard 2000.

³⁷ Tradução brasileira: PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura Gótica e Escolástica*. São Paulo: Martins Fontes. 1957.

³⁸ LE GOFF, J. *Op. Cit.* p.767.

³⁹ SCHRAMM, P.E. Herrschaftszeichen und Staatssymbolik In: *Schriften der Monumenta Germaniae Historica*, XIII, 3vol., 1954, 1956. Citado em LE GOFF, J. *Op. Cit.* p. 760, nota 20.

⁴⁰ Robert FOLZ (*L'Idée d'Empire en Occident du Vê au XIVe* , Paris: Aubier. 1953, pp.6) compartilha a mesma idéia. Quanto às idéias de Schramm, foi utilizado, sobretudo a análise de Jacques Le Goff, *Op. Cit.* pp. 760-762.

⁴¹ FALCON, F. *Op. Cit.* p. 76.

⁴² O conceito é trabalhado por Pierre Bourdieu. O autor resume suas reflexões sobre o tema no artigo: BOURDIEU, Pierre. Sur le pouvoir Symbolique in: *Annales E.S.C.* Paris: Masson 1971 pp. 405-411.

⁴³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978. A conceitualização de cultura como semiótica encontra-se na p. 15.

⁴⁴ Um exemplo deste diálogo pode ser encontrado em: AVERINCEV, S.S. O Caráter Geral da Simbólica na Alta Idade Média. In: LÓTMAN, Iuri, uspenski, Boris et IVANOV, V. *Ensaio de Semiótica Soviética*. Lisboa: Livros Horizonte VAAP. 1981. pp.169-172.

⁴⁵ A influência de Geertz na história, sobretudo a do seu conceito de *descrição densa* (cf. GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura In: *Op. Cit.* pp. 13-41) foi, e está sendo bastante ampla. Como exemplo do alcance da utilização deste conceito, vale enumerar os vários comentários nos artigos reunidos na obra organizada por Burke: *New Perspectives on Historical Writing*, 1991(tradução brasileira: *A Escrita da História* São Paulo: UNESP. 1992) os artigos: SHARP, Jim A História vista por baixo. pp.57-58 ; LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. pp.141-148 e o artigo do próprio Burke: BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa. pp. 339-340.

⁴⁶ FALCON, F. *Op. Cit.* p.76.

⁴⁷ Cf. acima pp. 7-8.

⁴⁸ HEUSCH, Luc de, *Le Pouvoir et le Sacré*. Annales du Centre d'études des religions, 1, Bruxelles: Université de Bruxelles, 1962.

⁴⁹ SAHLINS, Marshall. *Islands of History*. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1985. Sobre o *Stranger-king*, capítulo 3 The Stranger-king; or, Dumézil among the Fijians pp. 73-103

⁵⁰ Além das obras citadas, outras obras trabalham com a temática da monarquia medieval: HEUSCH, Luc de. *Le roi ivre ou l'origine de l'État*. Paris: Gallimard. 1972; a obra já clássica de Hocart *Kings and Councillors* Chicago: University of Chicago Press. 1970 [Publicada originalmente em 1936].

⁵¹ LE GOFF, J. *Op. Cit.* p.763.

⁵² Para uma introdução à idéia de sociedade tripartida de Dumézil, ver a coleção de artigos do autor selecionados e organizados por Hervé Coutau-Bégarie (DUMÉZIL, Georges. *Mythes et Dieux des Indo-européens*. Paris: Flammarion. 1992.) As propostas do autor para a Idade Média podem ser lidas em DUMÉZIL, Georges. Appolon Sonore (1982) In: *Esquisses de Mythologie*. Paris: Gallimard. 2003.

⁵³ Tradução portuguesa: DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa. 1994.

⁵⁴ LE GOFF, J. Note sur société tripartite, ideologie monarchique et renouveau économique dans la Christianité du IXe au XIIe siècle. In: *Un Autre Moyen Âge. Op.Cit.* pp.79-88.

⁵⁵ YOUNG, B.K. Exemple aristocratique et la mode funéraire dans la Gaule Mérovingienne. In: *Annales E.S.C.* Paris: Masson 1986 pp. 379-407. O comentário sobre as tumbas de Childerico e Clovis encontram-se nas páginas 386-401.

⁵⁶ O grupo de pesquisadores inclui: M. Axboe, (Copenhaga), Dr^a. C. Behr (Londres), Prof. Dr. K. Düwel (Göttingen), em. Prof. Dr. K. Hauck (Leiter), Dr. W. Heizmann (Göttingen), Dr. G. Müller, S. Nowak (Göttingen), A. Pesch. Informações sobre o grupo, projeto de pesquisa, assim como vasta bibliografia já publicada, podem ser encontrados no site: <http://www.uni-muenster.de/Fruehmittlelalter/Projekte/Brakteaten/> (Acessado em 5 de julho de 2004).

⁵⁷ BEHR, Charlotte. The Origins of Kingship in early medieval Kent. In: *Early Medieval Europe* 9 (I). Blackwell Publishers. Oxford. 2000. pp. 25-72

⁵⁸ *Ibid.* p.31: “os achados de *brakteates* de ouro, com sofisticada iconografia religiosa, dentro ou próximos destes locais centrais permitiu aos arqueólogos um *insight* dos ideais religiosos e as representações de liderança deste período.”

⁵⁹ LE GOFF, J. L’Histoire politique est-elle toujours l’épine dorsale de l’Histoire? In: *Op. Cit.* pp.762-763: “(...) nas novas perspectivas, a realeza da Alta Idade Média e especialmente da época carolíngia retoma todo seu sentido fora de uma concepção anacrônica de Estado e o rei feudal recebe seu poder não mais em detrimento do sistema feudal, mas no interior deste mesmo sistema”.

⁶⁰ Para uma análise desta influência na historiografia referente à Gália merovíngia cf. COLLINS, Roger. *Early Medieval Europe 300-1000*. Hong Kong: St. Martins Press. 1999. pp. 161-164.

⁶¹ WALLACE-HADRILL, J.M. *The Long-Haired Kings*. Toronto: University of Toronto Press. 1982 (primeira edição 1962). Ver principalmente o Capítulo VII, que dá nome a obra, pp.148-248.

⁶² GORSKI, K. Le Roi-saint: problèmes de idéologie féodale In: *Annales E.S.C.* Paris: Masson 1969. pp. 370-376. Aqui, p.370.

⁶³ THOMPSON, E.A. The Visigoths from Fritigern to Euric. In: *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*. Wiesbaden: F Steiner. 1963 pp. 105-126. Aqui, p.117: “esta era a única maneira existente para substituir sua sociedade igualitária por uma nova forma de organização social que seria consistente com as novas relações sociais existentes entre eles”.

⁶⁴ MYERS, H et WOLFRAM, H. *Medieval Kingship*. Chicago: Nelson-Hall. 1982.

⁶⁵ GRABOÏS, A. Le Roi David, précurseur du roi très chretien In: *Revue Historique* CCLXXXVII/1 Paris: PUF. 1991. pp.11-31.

⁶⁶ DEPREAUX, P. Saint Remi et la Royauté Carolingienne. In: *Revue Historique* CCLXXXV/2. Paris:PUF. 1989. pp..235-260.

⁶⁷ Cf. acima p. 10.

⁶⁸ SOT, M. Hérité Royale et Pouvoir Sacré avant 987. In: *Annales E.S.C.* Paris: Masson. 1988 pp. 705-733. As análises de Heusch são expostas na pp.705-708, a relação com a tese de Dumézil p.707.

⁶⁹ SAHLINS, M. Other Times, Other Customs: The Anthropology of History. Republicado em SAHLINS, M. *Islands of History*. *Op. Cit.* pp.32-72. Toda obra gira em torno deste assunto.

⁷⁰ *Ibid.* p. 34.: “(...) diferentes ordens culturais têm seus próprios modos de ação histórica, consciência e determinação – suas próprias práticas históricas. Outros tempos, outros costumes, e de acordo com a singularidade dos costumes, uma distinta antropologia é necessária para entender qualquer sociedade humana”.

⁷¹ *Ibid.* pp.35-36: “Aqui a história é antropomórfica em princípio, isto é, na estrutura. Certo que a história é muito mais que as ações dos grandes homens, é sempre em todos os lugares a vida de comunidades; mas precisamente nestas políticas heróicas o rei é a condição da possibilidade da comunidade. (...) As condições gerais de vida das pessoas é hegemonicamente ordenada, como forma social e destino coletivo, pela disposição particular do poder encarnado.”

⁷² A discussão entre estrutura e narrativa ultrapassa os objetivos deste artigo. Uma boa análise da questão pode ser encontrada em BURKE, P.(org). *A Escrita da História, Op. Cit.*, especificamente no artigo do próprio organizador: A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa pp. 327-348. O autor propõe uma *narrativa densa* feita nos moldes da *descrição densa* de Geertz (cf. acima pp. 9 e nota 43). Entre as propostas de conciliação podemos citar: BOURDIEU, Pierre *Esquisse d'une theorie de la pratique* Geneve, 1972 (tradução inglesa: *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1979.) e GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society*.Cambride: Polity Press 1984.

⁷³ SAHLINS, M. *Op. Cit.* p. xiv.

⁷⁴ LE GOFF, J. *São Luís. Op. Cit.*p.20.

⁷⁵ Outros autores trataram biografias nos moldes que Le Goff se propôs a fazer. Em primeiro lugar deve se mencionar a obra mais que pioneira de Ernst Kantorowicz sobre Frederico II, de 1927 (cf. acima, pp. 8, citada na nota 35), também: ROUCHE, Michel. *Clovis*. Paris: Fayard. 1996.

⁷⁶ LE GOFF, J. L'Histoire politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'Histoire? *In: Op. Cit.* p.768 "história política nova, nós dissemos, que não se parece mais com a antiga. Dedicada às estruturas, à análise social, à semiologia, à busca pelo poder".